

Outros países da África também exigem perdão

ARMELLE THORAVAL, DO "L'EXPRESS"

Aconteceu em Abidjã, na Costa do Marfim, em abril último. No final de uma conferência que reuniu ministros de países africanos e representantes negros americanos, um pastor da igreja Batista exigiu a anulação de todas as dívidas públicas dos países africanos da região subsaariana. Com um argumento simples: "Se podem anular a dívida da Polônia e do Egito, também podem anular a dos países da África negra."

O tratamento dispensado a Varsóvia e ao Cairo deveria continuar sendo algo excepcional. Seus artifícios, contudo, não tinham ilusões sobre as possibilidades de refrear os outros candidatos. Agora, o "contágio" foi anunciado. A África, que conta com 24 dos 26 países inscritos no quadro das nações de baixa renda e pesadamente endividadadas, reivindica novamente um esforço ocidental extra. No encontro de cúpula de Washington, na semana passada, franceses e britânicos fizeram-se seus advogados. Com pouco sucesso no momento. No interior do grupo dos sete grandes industrializados, a Alemanha e o Japão, particularmente, frearam este impulso. A França e a Grã-Bretanha têm pouco mais de dois meses para convencê-los. O próximo encontro dos sete grandes acontecerá na capital inglesa em meados de julho. Até lá, as reuniões do Clube de Paris, que gerencia a dívida pública, presididas pelo diretor do Tesouro, Jean-Claude Trichet, permitirão sondar o terreno.

Caso excepcional

O caso polonês, justificado pela volta à democracia e pelo vigor das reformas econômicas, é excepcional por dois motivos. Até então, e desde a iniciativa francesa proposta em Toronto em junho de 1988, só os países mais pobres podiam beneficiar-se de uma anulação de 33% de sua dívida pública. A Polônia não pertence a esta categoria de países — ela é, segundo o jargão dos economistas internacionais, um país de renda intermediária. Em seguida, os ocidentais con-

cederam-lhe uma "isenção" de pelo menos 50%.

Segundo os franceses, este teto deve ser aplicado igualmente aos países mais pobres do continente negro. Mas trata-se sobretudo de alargar a lista dos beneficiários. A democracia teria menos virtude no Sul do que no Leste? — ironiza-se em Paris. "Não pode haver dois pesos e duas medidas quando se trata de justiça e liberdade", diz Pierre Bérégovoy, ministro da Economia da França, diante das assembleias do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Bérégovoy pensava especialmente na Costa do Marfim, no Congo e em Camarões.

Boa conduta

O esforço desejado ficaria entre 50% e 80% do endividamento, desdobrando-se no tempo e ligado a uma promessa de boa conduta econômica e política. A Grã-Bretanha defende uma outra proposta e deseja riscar de uma só vez dois terços da dívida. Um desacordo puramente técnico. Por outro lado, a Inglaterra e a França terão mais dificuldade em convencer os outros países do grupo dos sete. As duas antigas potências coloniais defendem com ardor suas tradicionais zonas de influência. A Inglaterra, aliás, havia mencionado esta opção pela primeira vez para os países do Commonwealth: a Nigéria, um dos membros, carrega um terço do fardo dos países africanos mais pobres, ou seja US\$ 32 bilhões. Mas o Japão, tanto quanto os Estados Unidos, não tem motivos para ser sensível a estes interesses diplomáticos. Tóquio tem uma razão extra para ser reticente. Para muitos países industrializados, esta generosidade seria em parte um jogo de contas: os créditos mais duvidosos já foram concedidos. Segundo o Ministério da Economia da França, os montantes em questão elevam-se a 30 bilhões de francos; o perdão assim preconizado chegaria aos 20 bilhões de francos, uma boa parte do qual já foi incluído no orçamento francês. Este não é o caso do Japão, para quem a operação seria muito mais dolorosa.